

A HISTÓRIA E OS ARQUIVOS: ANOTAÇÕES À MARGEM DOS DOCUMENTOS

Resumo

Esse artigo parte da leitura crítica sobre o discurso histórico e mais amplamente sobre um modelo de conhecimento nos quais foi identificada a associação entre uma tradição historiográfica e a dependência da pesquisa em arquivos. Considera ainda as mudanças operadas na arquivística e seu conseqüente trabalho de distanciamento da História em prol da análise dos processos e da forma, em um universo compreendido pelas tecnologias da informação. Analisa a relação entre as duas disciplinas a partir de uma instância comumente atribuída a ambas: a memória e suas decorrências, entre o risco do esquecimento e o culto ao passado.

Palavras-chave: História. Arquivos. Memória.

Cláudia Beatriz Heynemann

Doutora em História Social (UFRJ),
Supervisora de pesquisa no Arquivo
Nacional, Docente do Curso de de
Especialização em Planejamento,
Organização e Direção de Arquivo
(UFF/ Arquivo Nacional).
clau@arquivonacional.gov.br

HISTORY AND ARCHIVES: NOTES ON DOCUMENTS

Abstract

This article starts with the critical reading of the historical discourse and, more widely, of a model of knowledge in which an association between a historiographical tradition and the dependency on the research in archives was identified. It still considers the changes made in the archivistic, and in its consequent process of separation from History, to the benefit of the analysis of the processes, in a whole made of the technologies of information. It also analyses the relationship between the two subjects from a common instance assigned to both: the memory and its results, between the risks of forgetting and the cult to the past.

Key-words: History. Archives. Memory.

1 INTRODUÇÃO

Em resenha de dois lançamentos sobre a historiografia canadense, publicada no final da década de 1970, o arquivista Terry Cook aconselhou aos seus pares: deixem se levar pelo charme da musa da história; após toda uma trajetória da Arquivologia observada sob o prisma de seu distanciamento da História, ele temia que a cegueira a esse lado mais tradicional da dicotomia arquivística pudesse destruir a reivindicação dos arquivistas por um verdadeiro profissionalismo; “porque ao aperfeiçoar apenas as formas e a técnica, eles podem perder a substância” (COOK, 1977-78). Para que se chegasse a essa perspectiva, “pós-custodial”, fomentada pelas novas tecnologias da informação, mas não só, uma importante cisão ocorreu entre a arquivística e a história – mesmo que não se possa precisar o quanto esta se aprofundou. Conceitos que pareciam imunes à revisão teórica, como o princípio da proveniência, e, de modo geral, a ênfase no processo de geração da informação em detrimento dos acervos, são alguns aspectos que direcionaram mais recentemente as reflexões daquela disciplina.

O que aproxima ou distancia a arquivística da história está primeiramente no plano mais amplo em que se estrutura o pensamento contemporâneo, em trajetória de ruptura ou de permanência com o campo hermenêutico que caracterizou a modernidade. Em linhas gerais, ele poderia ser descrito como a separação sujeito – objeto, em que o sujeito que se pretende neutro se vê como produtor de saber e tem a si mesmo como objeto (caráter autorreflexivo). Esse eixo horizontal se encontra com outro, vertical, que define a leitura efetuada pelo sujeito, do mundo dos objetos, atravessando uma superfície, enxergando em seus elementos, significantes e dispensando-os como materialidade, a partir da atribuição de um sentido, trata-se de atingir a profundidade do significado, a verdade. É da interseção entre esses dois eixos que se constitui um “campo hermenêutico” que, como explica Gumbrecht, embora tenha conhecido seu auge no século XVIII e atravessado crises desde então, segue, informando “nossas noções convencionais de literatura, arte e, mesmo de conhecimento” (GUMBRECHT, 1998, p. 12-13).

Entre os distintos efeitos desse modelo de apreensão do mundo e das crises que atravessaria, de um paradigma que é questionado desde sua filiação científica newtoniana, em sua vertente historicista oitocentista, destaca-se uma crise de representação que repercute sobre o modo como os historiadores viriam a se relacionar com os arquivos, uma vez que a

crise da modernidade caminha em conjunto com a crise da história, com a crença na capacidade explicativa de seu discurso e que se estruturou, em larga medida, sobre os arquivos, sobre a pretensão de uma totalidade e da existência de uma instância de realidade que viriam a sofrer inúmeros deslocamentos.

A crise da representação que se dá na arte e em tantas outras instâncias chega à história após o século da supremacia de Clio de que nos fala Carl Shorske em *Pensando com a história*. Como um pano de fundo do modernismo do século XIX, tem-se um “historicismo feroz”, o que dá a medida da ruptura com a consciência histórica que viria se operar. Se no século XVIII a Filosofia foi a rainha do intelecto, com a História limitada ao papel de sua modesta criada, “ensinando filosofia pelo exemplo”, no século XIX a História herdou o império da Filosofia. O modo de pensar e a perspectiva temporal penetram em grande parte dos campos de conhecimento; mesmo quando a ciência desenvolve sua própria autonomia da Filosofia natural, a História natural reivindica parte desse legado. Numa época de nacionalismo crescente, as identidades coletivas foram redefinidas como uma síntese das culturas convergentes do passado. Shorske sintetiza esse processo afirmando que “As culturas do passado forneceram a roupagem decente para vestir a nudez da utilidade moderna. O historicismo na cultura surgiu como um modo de enfrentar a modernização invocando os recursos do passado” (SHORSKE, 2000).

Trata-se de um longo percurso, que por um lado deveria discutir o sentido do historicismo e mesmo do historismo, vistos em diferentes perspectivas e considerando-se a tradição romântica em Herder, Lessing e outros. Positivistas e anti-positivistas, a historiografia marxista, a Escola de Frankfurt, sobretudo com Walter Benjamin, a École des Annales, são tendências que nos encaminham para a crítica ao que seria então uma história crônica, política, um tempo linear preenchido por acontecimentos e cientificamente atestado pelos arquivos. A versão do sentido do “século da História” deve ser repensada, como afirma Francisco Falcon sobre o historicismo perguntando-se “quantos terão consciência, hoje, das suas reais características historiográficas ou das suas concepções ou propostas filosófico-culturais [...]” (FALCON, 2002, p. 38). Ainda assim, temos diante de nós uma crítica à história que no século XX viria, por diferentes caminhos, de Foucault à vertente linguística de Hayden White, criticar o estatuto da disciplina, sua ambição científica, de estabelecimento de uma verdade e a presunção de um referente externo, de uma dada realidade, além de referenciais como a temporalidade e a própria forma narrativa de sua expressão. Crise da

representação, a história como um discurso em si mesmo, que se dá no âmbito de uma intertextualidade, da própria historiografia. Ainda para Falcon (2002, p. 21), que aqui se debruça sobre a história cultural,

Independentemente das oposições ou convergências entre essas tendências, importa-nos aqui sublinhar seus efeitos sobre a maneira de se conceber a natureza do discurso histórico e, em consequência, a própria história. Em síntese, trata-se da ‘crise da representação’, ou seja, da idéia moderna de representação e sua substituição pela idéia de que, como representação, o texto histórico é um ‘artefato’ lingüístico elaborado segundo princípios literários que remetem às estruturas da ‘narrativa’ [...].

2 TEMPO DA HISTÓRIA E DOS ARQUIVOS

As consequências desse olhar para a história viriam necessariamente incidir sobre a ideia de “fontes”, sobre o uso dos arquivos, ao menos em uma perspectiva tradicional e aqui não se trataria apenas da incorporação de acervos pouco abordados, das incursões pela história das mentalidades, pela história serial ou outras discussões talvez de cunho mais metodológico ou de um debate historiográfico. A disciplina em si mesma é interpretada por autores de outras áreas das Ciências Sociais, sendo devedora nessas reavaliações da Filosofia, da Antropologia, sobretudo. Ainda antes das inflexões operadas pelas novas tecnologias, ou da irrupção de vertentes que associaram a escrita da história à narrativa, à ficção, à ausência de um referente externo, autores como Foucault identificaram que ao par de uma História que preteria o acontecimento em benefício das estruturas e de sua fixidez, operavam-se mutações epistemológicas complexas de serem descritas brevemente, mas que falam de uma oposição entre a estrutura e o devir, entre a análise das estruturas e aquilo que lhes escaparia, “a viva, frágil e fremente ‘história’”. Assim, na *Arqueologia do saber*, Michel Foucault diagnostica as mudanças na disciplina a partir de um problema – a crítica do documento, na qual enxerga o declínio da tarefa de

reconstituir, a partir do que dizem estes documentos – às vezes com meias-palavras –, o passado de onde emanam e que se dilui, agora, bem distante deles; o documento sempre era tratado como a linguagem de uma voz agora reduzida ao silêncio: seu rastro frágil, mas por sorte, decifrável (FOUCAULT, 1995, p. 7).

O autor aponta ainda a emergência de uma (*então*) nova atitude que não consiste em interpretar o documento, determinar sua veracidade, seu valor expressivo,

O documento, pois, não é mais, para a história, essa matéria inerte através da qual ela tenta reconstituir o que os homens fizeram ou disseram [...] ela procura definir, no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações. É preciso desligar a história da imagem com que ela se deleitou durante muito tempo e pela qual encontrava sua justificativa antropológica: a de uma memória milenar e coletiva que se servia de documentos materiais para reencontrar o frescor de suas lembranças [...]. O documento não é o feliz instrumento de uma história que seria em si mesma, e de pleno direito, memória; a história é para uma sociedade, uma certa maneira de dar status e elaboração à massa documental de que ela não se separa (FOUCAULT, 1995, p. 7).

A História, tal como apresentada na ótica foucaultiana, é vista pela crítica mais global a todo conjunto subordinado a um sujeito do conhecimento, um arcabouço maior do que determinadas escolas ou metodologias. É também, e em sua dimensão essencialmente discursiva, expressão de poder – a massa documental de que não se separa – é portanto discurso, não um indício ou testemunho sobre a existência humana, mas um tecido documental sobre o qual o historiador exerce sua atividade estabelecendo cortes, classificações, séries. E assim, não é memória, não é a passagem para uma narrativa das lembranças ou do que se emprestaria a uma abordagem antropológica (História e Antropologia são produções de saber que disputaram um campo de atuação e uma prerrogativa discursiva sobretudo a partir do setecentos iluminista).

Mas a vinculação entre os arquivos e a história é mediada por Lévi-Strauss, na comparação entre documentos e amuletos que conservariam uma diacronia, uma memória em si, evidenciando em seu caráter sagrado, o que haveria de específico nos arquivos nas claves da memória e da história. Partimos da afirmação de que “um documento não se torna sagrado pelo simples fato de trazer um selo de prestígio, por exemplo, o dos arquivos nacionais; ele traz o selo porque primeiro foi considerado sagrado e, sem ele, continuaria a sê-lo” (LÉVI-STRAUSS, 1997, p. 265). Nessa passagem de *O pensamento selvagem* ele estabelece um paralelo entre os arquivos e os *churinga*, objetos de caráter sagrados dos *aranda*, da Austrália, que simbolizam os ancestrais e que são atribuídos, a cada geração, ao vivo que se acredita ser esse ancestral encarnado. Os *churinga*, em sua interpretação, asseguram uma significação diacrônica ao tempo mítico, a única garantia de diacronia em um sistema, que por ser

classificatório, é completamente sincrônico. É nesse sentido que Lévi-Strauss (1997, p. 268) se pergunta:

mas porque valorizamos tanto nossos arquivos? Os fatos a que eles se referem são independentemente comprovados e de mil formas: vivem em nosso presente e em nossos livros; por si mesmos são desprovidos de um sentido que se origina inteiramente de suas repercussões históricas e dos comentários que os explicam, ligando-os a outros fatos.

Se as peças autênticas fossem destruídas, prossegue, nosso conhecimento em nada seria alterado, mesmo que muitos documentos não tivessem sido publicados. Ainda assim, “ressentir-nos-íamos dessa perda como de um mal irreparável que nos atingisse no mais profundo do ser” (LÉVI-STRAUSS, 1997, p. 269). A resposta para o autor está nesse “sabor diacrônico” de que nosso passado seria privado, mais do que de qualquer conhecimento ou a sua própria existência, pois ele permaneceria em livros, publicações, nas instituições, todos contemporâneos, recentes, desdobrando nosso passado em uma sincronia. Isso porque,

A virtude dos arquivos é a de nos colocar em contato com a pura historicidade [...]. Os arquivos trazem, pois, outra coisa: por um lado, eles constituem o fato em sua contingência radical (visto que apenas a interpretação, que não faz parte dele, pode baseá-lo numa razão); por outro lado eles dão uma existência física à história, pois apenas neles é ultrapassada a contradição de um passado terminado e de um presente onde ele sobrevive. Os arquivos são o ser encarnado da factualidade (LÉVI-STRAUSS, 1997, p. 269).

Associado à memória de uma ancestralidade, ao poder de tornar absolutamente presente o tempo passado que ali se inscreve, o documento é ainda o fato no seu sentido único, desprovido de tudo que lhe é externo – uma atribuição de sentido, a interpretação, a razão, tudo o que atravessaria uma superfície em busca da verdade e do significado que se situa além dessa camada. Uma lógica já explorada aqui e que de algum modo se opõe a essa imagem do documento como objeto, novamente, que existiria apenas no limite de seu discurso, pois o que representa, só o faz por meio de recursos que lhe são externos e ainda mais, se refere ao que não mais existe.

Assim colocamo-nos diante da articulação fundadora entre história, memória e arquivos. Para além da amplitude a que esse caminho pode nos levar ela indica os limites das respectivas disciplinas, a possibilidade do diálogo, o lugar onde alguns enunciados de ruptura foram necessários ou demoraram a ser proferidos. A trajetória do saber histórico e a sua relação com o fato/documento ou com representações de uma dada realidade engendraram

uma lógica que viria contaminar e conduzir, ainda para Terry Cook a arquivística. Em consonância com avaliações sobre o tempo presente, que pode ou não ser qualificado como pós-moderno, somos conduzidos a pensar a relação com a memória como catalizadora para as análises de nossos campos de conhecimento, suas intertextualidades e as perspectivas que a escrita da história hoje encontra nos arquivos – embora seu espectro escape a esse artigo.

Para tratar dos arquivos pessoais e superar a tradicional distância que se impõe entre estes e fundos públicos, Cook retoma o veio seguido pela arquivística nas décadas finais do século XIX e princípio do XX, tendo como ponto de partida o trabalho do professor de arquivística italiano Oddo Bucci. É possível então traçar uma gênese na qual os pioneiros da disciplina lhe forneceram a sua “abordagem empírica, construíram-na como uma ciência descritiva e a ela aplicaram o imperativo da historiografia positivista, que visava à acumulação de fatos em vez da elaboração de conceitos [...]” (BUCCI *apud* COOK, 1998, p. 6). Mas, comenta Cook, a historiografia positivista e o empirismo “factual” estão há muito desacreditados neste final do século XX. Como constata o autor italiano, mudanças estruturais da sociedade “solapam”, fundamentalmente, “os hábitos e normas de conduta, acarretando uma quebra dos princípios que há muito governavam os processos pelos quais os registros arquivísticos são criados, transmitidos, conservados e explorados” (BUCCI *apud* COOK, 1998, p. 6). Segundo Cook, Bucci alerta para o fato de que os princípios arquivísticos tal como a história, a literatura e a filosofia, não são imutáveis, pertencem a um tempo e são suscetíveis de re-interpretações pelas gerações seguintes. Movido pela certeza das transformações ocorridas em diferentes instâncias e pelos estudos que no âmbito de uma sociedade pós-moderna são empreendidos sobre a história e o caráter da memória, é que nesse artigo Cook pretende contestar ideias tradicionais acerca dos arquivos públicos (COOK, 1998).

Deste modo, além do enunciado de um entrecruzamento de rotas entre a História e a Arquivologia, seus vínculos com o mais disseminado uso das matrizes historicista e positivista que informaram uma historiografia presa ao fato e à sua comprovação documental, a ideia de memória vêm à cena atualizada pela vertente crítica de um mundo que deslocou não apenas os campos da História e da Arquivologia, mas a relação entre elas e suas contínuas apropriações da memória.

3 NO LUGAR DA MEMÓRIA: A HISTÓRIA E OS ARQUIVOS

A relação entre história, memória e arquivos, considerada a partir da época moderna, evoca além dos estudos clássicos, dedicados a essas noções em si, estudos renovados sobre teoria e historiografia que operaram a crítica à formulação de uma correspondência obrigatória entre a história, a memória e os acervos arquivísticos.

Aqui vale indicar o estudo esclarecedor de François Dosse, *A História*, no qual afirma que da própria simbiose entre história e memória nasce a história da França, primeiro nos mosteiros – que contam com os dispositivos necessários, diz Dosse, para traçar sua história – seja dito, dos arquivos e do poder político que viria construir a sua “história/memória” (DOSSE, 2003). Dosse segue a trilha até o enunciado da distinção e separação entre história e memória, a partir de Pierre Nora, coordenador da famosa série e autor da fórmula tão empregada com sentidos outros, Os lugares de memória, (*Les lieux de mémoire*). Aquilo que as opõe e que concede à memória um lugar próprio, além de identificar os problemas propriamente históricos, surge assim na citação de Nora, ela mesma tornada memória de um lugar na produção historiográfica:

Memória, história: longe de ser sinônimos, tomamos consciência de que as opõe. A memória é a vida, sempre levada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em evolução permanente, aberta à dialética da lembrança e da amnésia, inconsciente de suas sucessivas deformações vulneráveis a todas as utilizações e manipulações, suscetíveis de longas latências e súbitas revitalizações. A história é a reconstrução problemática e incompleta do que não é mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um vínculo vivido no presente eterno; a história, uma representação do passado. Por ser efetiva e mágica, a memória só se contenta com detalhes que a confortam: ela se alimenta de lembranças opacas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, censuras, telas ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, chama análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a desaloja, ela sempre torna prosaico (NORA, 1984 *apud* DOSSE, 2003, p. 282).

O texto de Nora teve grande impacto entre historiadores nas décadas seguintes, quando de algum modo ao invés de se observar a distinção da proposta, foi atribuído o carimbo de “lugar de memória” a museus, praças, arquivos, bibliotecas. Tudo passava assim a ser um lugar de memória, quando o que se enunciava entre outras possibilidades, era que uma outra história emergisse, dissociada da memória, tendo-a como objeto e não como identidade. Uma “história da memória” propôs Pierre Nora, em *Comment on écrit l’histoire de France*:

A via está aberta a uma outra história; não mais os determinantes, mas seus efeitos; não mais ações memorizadas nem mesmo comemoradas, mas o vestígio dessas ações e o jogo das comemorações; [...] não o passado tal como aconteceu, mas seus reempregos sucessivos; não a tradição mas a maneira pela qual é constituída e transmitida (NORA, 1984 *apud* DOSSE, 2003, p. 286).

Entre outros textos que mais recentemente se tornaram obrigatórios para a reflexão em torno dos arquivos, da memória e da história, o de Andreas Huyssen, *Seduzidos pela memória*, fala de uma valorização do passado, enquanto na aurora da modernidade mirava-se o futuro. Um excesso de memória, a musealização do mundo, a recordação total – “plano de um arquivista maluco?” – dilemas que não se resolvem com a oposição ensaiada pelos historiadores de opor uma história séria e científica, à subjetividade da memória. Nesse mundo em que o presente é o consumo em sua crescente velocidade, amplia-se o desejo de memória – onde não caberia o esquecimento, mas cuja capacidade de conservação dos dados também sofre crescente questionamento. Huyssen enfatiza que o enfoque sobre a memória e o passado traz consigo um grande paradoxo: o esquecimento que é provocado pelo aumento explosivo da memória. O arquivo total que em regra não comporta a possibilidade do esquecimento abrigaria seu contrário, a perda dos dados, o paradoxo da tecnologia de armazenamento, a quem confiamos esses dados – parte significativa, diz ele, da nossa memória cultural (HUYSSSEN, 2000).

O arquivo, em suas inúmeras significações, arquivo de enunciados, distante de seu sentido tradicional, parte da arqueologia foucaultiana, o arquivo que é mal de arquivo em Derrida (2001), vincula-se, de toda forma à memória – ainda que para corresponder à sua falta. Para começar a conceituar o arquivo devemos distingui-lo daquilo a que ele é de hábito reduzido, a memória, o retorno à origem, o arcaico, o arqueológico,¹ ou seja, não a busca do tempo perdido, mas a exterioridade de um lugar, um lugar de autoridade, do Estado, diz Derrida (2001), que nos fala de um arquivo do mal, esse sintoma que também podemos ler no discurso da e sobre a psicanálise; e de um mal radical, que destrói o próprio princípio do arquivo, deixando em permanente estado de *mal de arquivo*, “a espera sem horizonte acessível, a impaciência absoluta de um desejo de memória” (DERRIDA, 2001, p. 10). Podemos entender essa fórmula em outra passagem sobre a pulsão de morte, que não produz

¹ Em uma outra vertente os arquivos podem ser vistos no âmbito da constituição de um conhecimento que busca a comprovação da verdade na realidade – assim caminharíamos para um universo que se consubstancia em coleções e outras formas de reunião do saber que caracterizaram o Liceu de Aristóteles.

somente o esquecimento, levando à erradicação do que já não é a memória; o arquivo – dispositivo documental ou monumental, o que se considera como suplemento ou representante mnemotécnico.

Pois o arquivo, se esta palavra ou esta figura se estabiliza em alguma significação, não será jamais a memória nem a *anamneses* em sua experiência espontânea, viva e interior. Bem ao contrário: o arquivo tem lugar em lugar da falta originária e estrutural da chamada memória (DERRIDA, 2001, p. 22).

Para Krzysztof Pomian (1992), há uma falta constitutiva em documentos e monumentos, o que não é mais visível, os fatos não observáveis, o passado como elemento a que se remetem documentos e monumentos. O artigo *Les archives: du Trésor des chartes au Caran* integra o projeto *Les lieux de mémoire*, no qual, as atribuições dos arquivos da França, decretadas em 1979, permitem pensar o jogo da memória e da história tal como ele se deixa apreender no presente e passado dos arquivos. Ele estabelece essa dinâmica a partir das noções de documento e monumento, aos quais ele interroga serem ou não *semióforos*, “um objeto portador de signos anexados ou incorporados a um suporte material” (POMIAN, 1992, p. 164). Reportados a fatos visíveis e observáveis são documentos; portadores de uma aparência que remete ao invisível configuram-se como monumentos. Mas essas definições são mutáveis e intercambiáveis para Pomian (1992), e portanto uma vez que aquilo a que se referem os documentos se desintegra, ou só deixa vestígios, fragmentários, lacunares e descontextualizados, os documentos que permanecem remetem a alguma coisa que foi visível, mas que não é mais. Eles adquirem assim uma referência ao passado, ao invisível, e preservando sua qualidade de documento, se tornam também monumentos. Ocorre então que os documentos dos arquivos são sempre monumentos, uma vez que os fatos observáveis ou visíveis que expressavam não mais existem, que eles remetem a um passado. Esses papéis – arquivos e não coleções (que podem, afirma ele ser suspensas por um ato de vontade) – formam uma memória objetivada, independentemente de toda origem e dos agentes envolvidos. Eles estão a nossa frente, a sua existência material pode ser mais longa do que a de qualquer grupo humano. Postos a serviço dos interesses da pesquisa, diz Pomian (1992), são objeto da história, reencontrando apenas na identificação do leitor com sua escrita, a dimensão memorial.

A oposição entre a memória e a história permeia o próprio processo de gestão de documentos até a liberação dos documentos à consulta, ou seja, quando atingem a fase permanente, definindo-se aí uma fronteira porque, afirma Pomian, é justamente quando os documentos são franqueados que o passado se torna propriedade de todos e objeto da história. Entre memória e história, ele considera enfim que os arquivos são antes de tudo um objeto da história, apontando para o uso intelectual que a despeito do rompimento com o dogma da história científica não desfez a íntima relação entre os historiadores e os arquivos (POMIAN, 1992, p. 174).

Da ideia de uma operação histórica que também tinha lugar nos arquivos, como um dia nos ensinou Michel de Certeau, nós poderíamos transitar por esse difícil território que interroga a historiografia em sua leitura dos documentos, que, para além de serem documentos de arquivos, obrigam à tarefa de reconhecer as relações, o diálogo, a forma e o estilo, a autonomia de imagens e as imagens dentro do texto, escapando de uma linearidade, da organização sucessiva, de um tempo vazio preexistente. Retomar a própria lógica da leitura, desdobrando o sentido inicialmente estabelecido, em que

carteiros do texto, viajamos de uma margem à outra do espaço do sentido valendo-nos de um sistema de endereçamento e de indicações que o autor, o editor, o tipógrafo, balizaram. Mas podemos desobedecer às instruções, tomar caminhos transversais, [...] estabelecer redes secretas, clandestinas, fazer emergir outras geografias semânticas (LÉVY, 1996, p. 38).

Nem à História nem à Arquivística é permitido se mover em um mundo que ignore as transformações tecnológicas e sobretudo de reconfiguração intelectual da realidade, não podendo igualmente insistir em modelos historiográficos ou projetos arquivísticos que desconsiderem as rupturas que se operaram não apenas hoje, mas no longo processo em que tantas noções como o tempo, o passado, a realidade, foram postos a prova. Para concluirmos provisoriamente sobre as perspectivas da história face à arquivística contemporânea, restaria sugerir o olhar bastante específico dos historiadores que exercem a pesquisa histórica no quadro dessas instituições e a crescente importância, ainda negligenciada e cujo reconhecimento se encontra em autores do campo arquivístico (FUGUERAS, 2000; HERRERA HUERTA, 1994): a difusão cultural, a produção editorial, a pesquisa em projetos que pelo prisma das Ciências Humanas, Sociais, das Artes, fale dos arquivos, que a polifonia que eles comportam seja assim um enunciado.

REFERÊNCIAS

- COOK, T. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, 1998. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/asp/dsp_edicao.asp?cd_edi=39>. Acesso em: 10 jul. 2008.
- _____. Clio: The Archivist's Muse? **Archivaria**, n. 5, p. 198-203, 1977-78. Disponível em: <<http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/index>>. Acesso em: 18 jul. 2008.
- DERRIDA, J. **Mal de arquivo**: uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- DOSSE, F. **A história**. Bauru: Edusc, 2003.
- FALCON, F. J. C. **A história cultural**: uma nova visão sobre a sociedade e a cultura. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- FUGUERAS, R. A. Ampliación del uso social de los archivos: estrategias y perspectivas. SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS DE TRADIÇÃO IBÉRICA. 2000, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: Associação Latinoamericana de Arquivos; Arquivo Nacional; Conselho Nacional de Arquivos, 2000. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=74>>. Acesso em: 14 maio 2007.
- GUMBRECHT, H. U. **A modernização dos sentidos**. São Paulo: Editora 34, 1998.
- HERRERA HUERTA, Juan Manuel. La investigacion y difusion de los archivos: estratégias y perspectivas de desarrollo. In: SEMINÁRIO DEL SISTEMA NACIONAL DE ARCHIVOS. 1994. Santafé de Bogotá. **Anais...** Santafé de Bogotá: Archivo General de la Nación, 1994, p. 67-87.
- HUYSEN, A. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- LÉVI-STRAUSS, C. **O pensamento selvagem**. 2. ed. Campinas: Papyrus, 1997.
- LÉVY, P. **O que é o virtual?** São Paulo: Editora 34, 1996.
- POMIAN, K. Les archives: du Trésor des chartes au Caran. In: NORA, P. (Dir.). **Les lieux de mémoire**. III. Les France 3. de l'archive à l'emblème. France: Éditions Gallimard, 1992.
- SCHORSKE, C. E. **Pensando com a história**: indagações na passagem para o modernismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.